

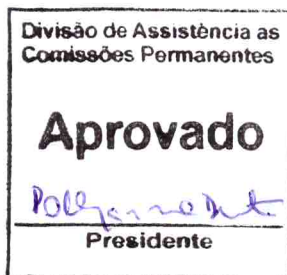
ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão Permanente de Constituição Justiça e Redação



Ata



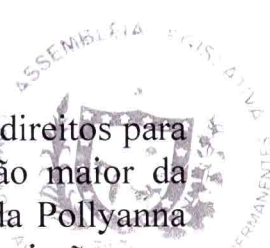
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2019.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e dezenove, no Plenário Antônio Mariz, sob a presidência da deputada Pollyanna Dutra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta. Havendo número regimental, a presidente deputada Pollyanna Dutra “em nome de Deus e do povo paraibano” declarou abertos os trabalhos da 11ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, que contou com as presenças dos membros deputados: Tovar Correia Lima, Camila Toscano, Taciano Diniz, suplente do Felipe Leitão, Deputado Wilson Filho e Júnior Araújo, estavam presentes os deputados Wallber Virgolino e Cabo Gilberto. Ato contínuo, a presidente convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, a quem solicitou a leitura do Expediente em Mesa, constou o edital de convocação para esta reunião, as justificativas de ausências dos deputados Ricardo Barbosa e Felipe Leitão e a leitura da Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de maio de 2019. A Ata após ser colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade e sem restrições. Em seguida, a presidente iniciou a Ordem do Dia e informou que será apreciada primeiramente os Projetos da Extra Pauta. Logo após, passou a palavra para a secretária, deputada Camila Toscano. Discussão e votação da Medida Provisória nº 283/2019 – Mensagem nº 13, de 13/05/2019 do Poder Executivo – Dispõe sobre a fusão da Secretaria de Estado das Fianças e Receitas, na Secretaria de Estado da Fazenda; altera a Lei nº 8.186 de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo Estadual e a Lei nº 11.035 de 12 de dezembro de

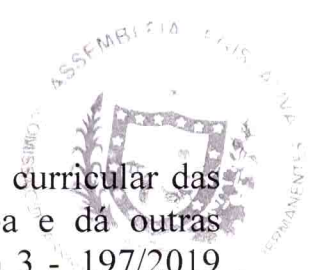


2017, que trata da Estrutura Organizacional da Escola de Administração Tributária – ESAT. O relator deputado Júnior Araújo proferiu parecer pela admissibilidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 469/2019 do Ministério público da Paraíba – Altera o quadro de cargos dos Servidores Auxiliares do Ministério público da Paraíba e dá outras providências. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 45/2019 do deputado Ricardo Barbosa – Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, para dar nova redação ao art.60, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela admissibilidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 414/2019 do deputado Doutor Taciano Diniz – Dispõe sobre a dispensa do pagamento em shoppings centers, mercados e centro comerciais nas condições que especifica. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a secretária, deputada Camila Toscano informou que retornará a pauta do dia. Discussão e votação, Item 1- Veto nº 17/2019 do Governador do estado – Veto Total, por considerar inconstitucional, ao Projeto de Lei nº 09/2019, do deputado delegado Wallber Virgolino, que dispõe sobre a criação de bancos de dados atualizado com informações relativas ao andamento de inquéritos policiais em todas as delegacias”. O relator deputado Júnior Araújo proferiu parecer pela rejeição do veto. Em discussão. O autor da propositura disse que todo projeto irá criar obrigação para o Estado, podendo ser de menor ou maior proporção, mas deverá ser analisado o que será de interesse público e solicitou dos colegas que votasse pela derrubada do veto. O deputado Cabo Gilberto disse que este projeto cria um banco de dados que irá ajudar o cidadão a ter informações precisa sobre o andamento de inquéritos policiais em todas as delegacias, sem depender de falar com o delegado encarregado. A deputada Camila Toscano disse que não tinha como ir contra a modernização do estado e este projeto irá facilitar a vida da população e do delegado. Não havendo mais quem quisesse discutir foi colocado em votação o parecer. E por unanimidade, o Veto do governo foi rejeitado. A senhora presidente registrou a presença e saudou a Professora Rachel Azevedo e alguns alunos do curso de Direito da Universidade Asper, que vieram conhecer o funcionamento desta Casa. O deputado Tovar Correia Lima deu boas-vindas aos visitantes e fez uma pequena explanação sobre o funcionamento deste Poder. O deputado Wallber Virgolino registrou que a CCJ era muito importante nesta Casa porque todos os projetos apresentados pelos parlamentares passam por esta Comissão. O deputado Tovar disse ainda, que a CCJ funciona de maneira menos informal, diferente das Sessões Ordinárias que era exigido que o Regimento

4

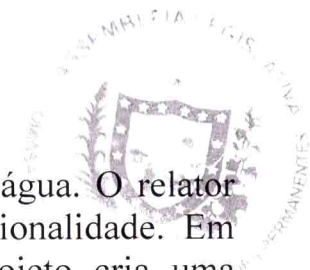


Interno fosse seguido, para manter a ordem e permitir igualdade de direitos para todos os Parlamentares. E nesta Comissão havia uma participação maior da Assessoria Técnica da Casa para auxiliar os deputados. A deputada Pollyanna Dutra agradeceu a presença dos visitantes e acrescentou que esta Comissão era o “filtro” da Casa por ser mais pedagógica, “é aqui que começa o debate e sai sem vícios”. Dando continuidade aos trabalhos, o deputado Wallber Virgolino solicitou inversão de pauta para que fossem apreciados seus projetos e pudesse discuti-los. A presidente acatou a solicitação e logo após, passou a palavra para a deputada Camila Toscano. Discussão e votação dos Projetos de Lei, item – 3, 239/2019 do deputado delegado Wallber Virgolino – Dispõe sobre a classificação do município de Coremas como município de interesse turístico. O relator deputado Tovar Correia Lima, em substituição ao deputado Júnior Araújo, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a senhora presidente registrou a presença do deputado Wilson Filho, Líder de Bancada. Dando prosseguimento, 240/2019 do deputado delegado Wallber Virgolino – Inclui no Calendário Oficial do Estado da Paraíba a Vaquejada Parque Maria da Luz, no município de Campina Grande. O relator deputado Júnior Araújo proferiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão, o autor da proposição ressaltou que a vaquejada fazia parte da cultura nordestina que tem valor imensurável, além de gerar renda e atração turística para o estado. Os deputados Taciano Diniz e Wilson Filho, parabenizaram o autor pela proposição. Não havendo mais quem quisesse discutir, em votação. O parecer foi aprovado por unanimidade. 242/2019 do deputado delegado Wallber Virgolino – Obriga os estabelecimentos comerciais destinados a hospedagem localizados no Estado a disponibilizar aos consumidores adaptadores de tomadas universais. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Foi retirado de pauta, a pedido do autor, o Projeto de Lei nº 243/2019 do deputado delegado Wallber Virgolino - Dispõe sobre o ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha no âmbito das escolas estaduais do Estado da Paraíba. O relator deputado Tovar Correia Lima pediu adiamento do Projeto de Lei nº 248/2019 do deputado delegado Wallber Virgolino - Dispõe sobre a realização da campanha permanente de não utilização de copos plásticos descartáveis no âmbito das repartições públicas estaduais e dá outras providências. Ato contínuo, a senhora presidente informou que será apreciado os projetos do início da pauta para que outros parlamentares possam ter seus projetos apreciados nesta reunião. Dando continuidade, informou a secretária que foram retirados de pauta a pedido dos autores a Proposta de Emenda Constitucional nº 06/2019 do deputado Tião Gomes - Altera o artigo 54 da Constituição Estadual da Paraíba, para revogar o seu § 3º, para retirar do texto constitucional a previsão de pagamento de pensão especial a ex-governador do Estado da Paraíba e também o Projeto de Lei nº 106/2019 do deputado Cabo Gilberto Gomes da Silva - Dispõe sobre a inclusão

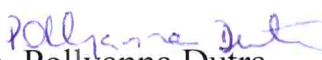


da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS na grade curricular das escolas Públicas mantidas pelo Governo do Estado da Paraíba e dá outras providências. Discussão e votação dos Projetos de Leis nºs, item 3 - 197/2019 do deputado Adriano Galdino - Institui a obrigatoriedade de que seja informado, no exterior e no interior dos veículos utilizados pelas empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal, um número de telefone oficial para fins de eventuais reclamações, e dá outras providências. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda modificativa. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. 198/2019 do deputado Adriano Galdino - Obriga a inclusão e reserva de vagas na rede pública e privada de educação para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda modificativa. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. 219/2019 do deputado Nabor Wanderley - Dispõe sobre a notificação compulsória de casos de violência autoprovocada, incluindo a automutilação e as tentativas de suicídio. A deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, foi aprovado por unanimidade. A pedido do autor, foi retirado de pauta, o Projeto de Lei nº 241/2019 do deputado Cabo Gilberto - Dispõe sobre o custeio, por parte dos condenados que cumprem pena, em Regime Fechado ou Semiaberto, das despesas inerentes a sua manutenção em estabelecimentos penais. Solicitou a palavra o deputado Cabo Gilberto para informa que este projeto foi aprovado nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. 244/2019 – da Deputada Camila Toscano – Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do monitoramento da qualidade da água para consumo humano no Estado da Paraíba e adota outras providências. O relator deputado Júnior Araújo proferiu parecer pela constitucionalidade com emenda supressiva. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 245/2019 – do Deputado Galego Souza – Declara de Utilidade Pública o “Centro de Recuperação e Reintegração MAANAIM”, localizado no município de João Pessoa e dá outras providências. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 246/2019 – da Deputada Cida Ramos – Inclui nos editais de licitação do Governo do Estado dispositivo informando que as empresas que reservam cargos para pessoa com deficiência serão beneficiárias para efeito de desempate. O relator deputado Júnior Araújo proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. /247/2019 – da Deputada Cida Ramos – Institui o Dia Estadual da Etnia Cigana no Estado da Paraíba, a ser celebrado anualmente no dia 24 de maio (Dia Nacional do Cigano). O relator deputado Júnior Araújo proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 266/2019 – do Deputado Delegado Wallber Virgolino – Estabelece desconto de um trinta avos sobre o valor da tarifa mínima mensal do

24



serviço de água e esgoto, por dia de falta de fornecimento de água. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão, o Deputado Wallber Virgulino afirmou que o projeto cria uma penalidade e não uma obrigação, após sucessivas discussões a Deputada Camila Toscano pediu vistas. 267/2019 – da Deputada Camila Toscano – Dispõe sobre a implantação do cadastramento dos responsáveis autorizados a conduzir os alunos das escolas da rede estadual de ensino do Estado da Paraíba e dá outras providências. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. 25/2019 – do Deputado Wilson Filho – Estabelece o mês de março como o “Mês do Consumidor” no Calendário Institucional da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. O relator deputado Tovar Correia Lima proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Agradecendo aos senhores deputados presentes. Lavrando a presente Ata, os redatores Adriana de Meneses Leite e Karla Georgea Castro Silva, Assistentes Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidente Deputada Pollyanna Dutra, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa-Pb, 21 de maio de 2019.


Deputada Pollyanna Dutra
Presidente